

Adoção tardia: processo de adaptação do filho sob o olhar dos pais adotivos

Late adoption: the child's adaptation process from the point of view of adoptive parents

Adopción tardía: el proceso de adaptación del niño desde el punto de vista de los padres adoptivos

Recebido: 14/09/2022 | Revisado: 26/09/2022 | Aceitado: 29/09/2022 | Publicado: 07/10/2022

Gisele Maria da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3008-1062>
Universidade São Judas Tadeu, Brasil
E-mail: gisele.silva@saojudas.br

Caroline Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6076-7551>
Universidade São Judas Tadeu, Brasil
E-mail: rodriguesilvacarolinee@gmail.com

Isabela Gomes da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7997-8241>
Universidade São Judas Tadeu, Brasil
E-mail: isabela_silvag@hotmail.com

Jennifer de Souza Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9666-1633>
Universidade São Judas Tadeu, Brasil
E-mail: jennifersouzaferreira@outlook.com

Annelise Klettenberg Porto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7591-3339>
Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil
E-mail: psicologaanneporto@gmail.com

Resumo

Adoção tardia refere-se ao processo de adoção de crianças acima de dois anos. É complexo e possui desafios para os pais e para os filhos devido a história pregressa, traumas e aprendizados que acompanham essa criança. Esse processo garante à criança o acesso aos direitos, às necessidades básicas, físicas e psíquicas, e ao casal, a possibilidade de exercer o papel de pais. O objetivo deste estudo foi investigar a adaptação dos filhos e as estratégias de enfrentamento que foram vivenciadas no processo de adoção tardia sob o olhar dos pais adotivos. Cinco famílias participaram da entrevista semiestruturada composta por temas que investigaram as experiências do processo de adoção. A análise dos dados foi realizada por meio de análise categorial e os resultados divididos em cinco categorias: (1) processo de adaptação após a adoção, (2) mudanças na rotina familiar, (3) dificuldades na adaptação da criança, (4) comportamentos percebidos pelos pais e (5) adaptação emocional. Os resultados apontaram que no início da adoção as crianças rejeitaram os pais dado ao histórico de negligências e traumas que desencadearam questões psicológicas e emocionais que influenciaram nesse processo. O estabelecimento de vínculo, adaptação da criança a nova rotina, adequação de comportamentos e questões emocionais foram citados como desafios dos primeiros períodos de convivência familiar. A pesquisa revelou a importância da família ser acompanhada por uma equipe multiprofissional visando aprender a lidar com os desafios da adaptação do filho no novo lar. Novos estudos devem ser conduzidos para compreender como a psicologia pode auxiliar nesses casos.

Palavras-chave: Adoção tardia; Adaptação familiar; Famílias adotivas.

Abstract

Late adoption refers to the process of adopting children over two years of age. It is complex and has challenges for parents and children due to the past history, trauma and learning that accompany this child. This process guarantees the child access to rights, basic physical and psychological needs, and the couple the possibility of playing the role of parents. The aim of this study was to investigate the children's adaptation and the coping strategies that were experienced in the late adoption process from the point of view of the adoptive parents. Five families participated in the semi-structured interview composed of themes that investigated the experiences of the adoption process. Data analysis was performed using categorical analysis and the results were divided into five categories: (1) adaptation process after adoption, (2) changes in family routine, (3) difficulties in the child's adaptation, (4) behaviors perceived by parents and (5) emotional adaptation. The results showed that at the beginning of the adoption, the children rejected their parents given the history of neglect and trauma that triggered psychological and emotional issues that influenced this process. Establishing a bond, adapting the child to the new routine, adapting behaviors and emotional issues were cited as challenges of the first periods of family life. The research revealed the importance of the family

being accompanied by a multidisciplinary team in order to learn to deal with the challenges of the child's adaptation in the new home. New studies must be conducted to understand how psychology can help in these cases.

Keywords: Late adoption; Family adaptation; Foster families.

Resumen

La adopción tardía se refiere al proceso de adopción de niños mayores de dos años. Es complejo y presenta desafíos para padres e hijos debido a la historia pasada, el trauma y el aprendizaje que acompañan a este niño. Este proceso garantiza al niño el acceso a derechos, necesidades físicas y psíquicas básicas, ya la pareja la posibilidad de desempeñar el papel de padres. El objetivo de este estudio fue investigar la adaptación de los niños y las estrategias de afrontamiento que se experimentaron en el proceso de adopción tardía desde el punto de vista de los padres adoptivos. Cinco familias participaron de la entrevista semiestructurada compuesta por temas que indagaron las experiencias del proceso de adopción. El análisis de datos se realizó mediante análisis categórico y los resultados se dividieron en cinco categorías: (1) proceso de adaptación posterior a la adopción, (2) cambios en la rutina familiar, (3) dificultades en la adaptación del niño, (4) comportamientos percibidos por los padres y (5) adaptación emocional. Los resultados mostraron que al inicio de la adopción, los niños rechazaron a sus padres dado el historial de abandono y trauma que desencadenaron problemas psicológicos y emocionales que influyeron en este proceso. Establecer un vínculo, adaptar al niño a la nueva rutina, adaptar comportamientos y cuestiones emocionales fueron citados como desafíos de los primeros períodos de la vida familiar. La investigación reveló la importancia de que la familia sea acompañada por un equipo multidisciplinario para aprender a enfrentar los desafíos de la adaptación del niño en el nuevo hogar. Se deben realizar nuevos estudios para comprender cómo la psicología puede ayudar en estos casos.

Palabras clave: Adopción tardía; Adaptación familiar; Familias adoptivas.

1. Introdução

A origem da família passou por várias modificações ao longo da evolução da sociedade, saindo da sua origem primitiva, no início da civilização na colonização do Brasil, até os dias de hoje (Barreto, 2013; Engels, 2019; Rinco & Loreto, 2021). No Código Civil de 1916, a família era formada primeiro pelo casamento formal e pela consanguinidade (Pereira, 1991). Segundo Cambi (2005), esse modelo de família foi estruturado em um modelo autoritário e hierárquico, denominado de pátrio poder. No entanto, atualmente, a nova concepção de família é formada por valores, como afetividade, amor e carinho (Cacciacarro & Macedo, 2018; Carvalho, 2020).

De acordo com Lobo (2015) e Martinez Filho (2019), temos hoje os seguintes tipos de família: (a) família matrimonial, que é composta por meio do casamento e filhos consanguíneos, (b) família monoparental, que é composta por um responsável pai ou mãe e filhos, (c) família homoafetiva, que é composta por casamento ou união de duas pessoas do mesmo gênero e filhos, (d) família anaparental, que é composta por pessoas da família sem a presença dos pais, ou seja pessoas que convivem entre irmãos, primos ou pessoas que têm parentesco, (e) famílias reconstituída ou recomposta, que são compostas por pessoas que casaram mais de uma vez ou separaram e refizeram a família e (f) unipessoal, é aquela formada por uma única pessoa, seja ela solteira, separada, divorciada ou viúva, sem filhos. Com o início da família contemporânea e sua necessidade de garantir a sobrevivência de seus membros, ter um filho(a) se tornou importante. Com essa mudança na visão familiar deu-se a adoção como uma necessidade para aqueles que não podiam ter filhos de uma forma natural (Machado, et al., 2019).

O termo adoção significa o estabelecimento de relações parentais entre adultos e crianças ou adolescentes sem vínculos sanguíneos. O principal objetivo da adoção é a inserção de uma criança ou adolescente em um lar familiar que tenha possibilidades de promover as condições necessárias para um desenvolvimento saudável da criança ou adolescente (Schettini, et al., 2006; Paulina, et al., 2018). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8.069, 1990) reforça que os filhos, independentemente de ser concebido naturalmente ou por adoção, terão sempre os mesmos direitos e deveres, sendo proibido qualquer discriminação relativa à filiação. A adoção possibilita que a criança ou o adolescente tenham seus direitos e necessidades básicas, físicas e psíquicas supridas, e ao casal que desejar ser pais, poderão exercer esses papéis (Flores & Scherer, 2022). Os fatores mais desencadeantes para a adoção estão ligados à esterilidade, idade avançada para gestação, perda de um filho, desejo da maternidade e/ou paternidade e a possibilidade de escolha do sexo da criança (Costa & Kimmelmeier,

2013; Levizion, 2020).

As crianças em situação de acolhimento enfrentaram diversos obstáculos como maus tratos, abandono psicológico, negligência e/ou abuso sexual, ocorrendo o temor de experimentarem-nas novamente, resultando em reações agressivas contra os adotantes (Bernardino & Ferreira 2013; Baumgarten, et al., 2013; Paulina, et al., 2018). Por outro lado, os adotantes acreditam que ocorrerá gratidão por parte da criança, devido ao acolhimento que recebeu da nova família. Infelizmente, as expectativas dos adotantes podem ser frustradas quando a criança acaba por adotar comportamentos agressivos, com o intuito de testar o ambiente e ter a certeza de que realmente será aceita (Sampaio, et al., 2018). A partir do momento que a criança adotada experimenta segurança no novo lar, a família será constituída e se desenvolverá igualmente às crianças concebidas em famílias biológicas (Levizion, 2020), mas isso pode levar algum tempo indeterminado.

De acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (2022), no Brasil existem 30.255 crianças e adolescentes que estão distribuídas em 5.672 serviços de acolhimento, pelo Brasil. Essas crianças e adolescentes foram afastados de suas famílias pelo Estado para serem cuidadas e protegidas, aguardando o momento de reintegração em suas famílias de origem ou serem direcionadas para adoção (Sampaio et al., 2018; Sampaio, et al., 2020). Neste período, transitam entre instituições e lares temporários e não podem permanecer nos programas de acolhimento por mais de 18 meses (Lei 8.069 [ECA], 1990). O processo de reinserção familiar pode ser moroso e com o tempo a criança acaba atingindo mais idade, ocasionando um maior período de estadia nas instituições de acolhimento (Sampaio et al., 2018), prejudicando a adoção – já que a maioria dos pretendentes a adoção buscam crianças até 2 anos.

Pode-se dizer que o processo de adoção é longo, se considerado do momento da decisão de adotar até a entrega do filho(a) para o pai/mãe adotivos, passando por situações burocráticas, difíceis e que geram muitas expectativas. Esse processo faz parte da gestação psíquica, que acontece durante o tempo de espera pela criança (Sampaio, et al., 2019). A gestação psíquica pode ocasionar: medo de não proporcionar um ambiente e futuro adequado para o desenvolvimento da criança, insegurança gerada pelo processo do desconhecido, preconceito de que apenas famílias consanguíneas constituem laços reais, incerteza sobre a formação da família idealizada e medo da reação da criança sobre a adoção (Costa & Kemmelmeier, 2013; Schwochow, 2018).

De acordo com a Constituição da República, a única adoção legal é a validada pelo Poder Judiciário, pois acomete todos os requisitos legais e produzirá efeitos jurídicos positivos na adoção. Porém, existem outros meios que, embora não apresentem nenhuma segurança jurídica, possibilitam a adoção, como a Adoção à Brasileira e o Filho de Criação. A Adoção Brasileira consiste nos pais biológicos entregarem a criança aos adotantes e estes a registrarem como filhos biológicos. O Filho de Criação é quando o indivíduo cuida da criança/adolescente sem alterar sua realidade civil. Já a Adoção Legal é a forma mais indicada, pois fornece ao indivíduo a garantia de seus direitos como filho biológico e a nomeação aos adotantes como pais (Pereira, et al., 2021).

Embora o termo “adoção tardia” cause discordância entre os autores, se configura quando uma criança é maior de dois anos de idade (Lei 8.069 [ECA], 1990; Sampaio et al., 2020). É importante ressaltar que não há idade certa para adoção (Fernandes & Santos, 2019), porém a partir dos dois anos, a criança já tem a capacidade percepção do ambiente e vivências, as quais acarretam um preconceito na adoção tardia, em que a história pregressa do adotado afetará o seu desenvolvimento permanentemente (Sampaio et al., 2019). Conforme apontam os estudos de Luz, et al., (2014), Bitencourt e Bentes (2019) e Levinzon (2020), o adotado quando possui bases sólidas na nova família tem o seu desenvolvimento tão bom quanto o de um filho biológico.

A adoção tardia traz complexidade para ambos os lados, pois a criança é inserida em um novo contexto, que abrange novas pessoas, rotinas, regras e ambientes (Fernandes e Santos, 2019). A complexidade ocorre pela participação ativa da criança, com os seus posicionamentos e aprendizados provindos da história de vida, o que a diferencia de um bebê (Peixoto, et

al., 2019). Para a sua adaptação, pode ser exigido dos pais adotivos paciência, perseverança e acolhimento, pois este será o alicerce de segurança para a criança (Baumkarten et al., 2013; Fernandes & Santos, 2019). No caso de crianças que estão em situação de acolhimento institucional, elas estão em um ambiente que não é proveniente de apoio emocional parental e carecem de sensações importantes, como compreensão, amor e estabilidade (Silva & Vendruscolo, 2021). Essas crianças podem passar por várias experiências de abandono e rejeição por parte das famílias substitutas ou de sua família de origem. Essas experiências possuem um efeito muito significativo nessas crianças, que podem pensar que nunca serão amadas, dificultando a convivência no estágio de adaptação com os pais adotivos (Schettini et al., 2006).

Para que a adaptação da criança dentro da sua nova família aconteça de forma mais aprimorada, os adotantes podem facilitar o processo de adaptação seguindo alguns requisitos, como a aceitação da história pregressa, o auxílio para integrar o passado com a nova realidade, busca proporcionar um ambiente favorável e seguro, buscar promover estabilidade, amor, afeto e respeito às grandes mudanças que estão ocorrendo (Paulina et. al., 2018).

A adaptação na adoção tardia não é simples e fácil. A gravidade dos conflitos entre pais e filhos durante o processo de adaptação pode acarretar o rompimento afetivo, tendo como consequência o retorno daquela criança a instituição de acolhimento (Rossato & Falcke, 2017). Para Ghirardi e Loffredo, (2008): “A devolução chama muito mais nossa atenção porque se constitui como uma experiência que reedita o abandono. É desse ângulo que se enfatiza que as consequências para a criança podem ser intensificadas em relação aos seus sentimentos de rejeição, abandono e desamparo”.

O longo processo de adoção começa a preparar os pais para esta nova realidade em suas vidas, com estudos, acompanhamento e acolhimento de outras famílias que passaram pela mesma experiência. Este processo é necessário, pois com a chegada da criança ao novo lar, a família precisa estar preparada e consciente sobre a história desta criança, pois como foi citado pelas famílias, haverá traumas (Sampaio et al., 2019).

O acompanhamento psicológico se mostra um facilitador para ambos os lados. Os estudos de Miranda, Fiorott, Giacomozzi e Bousfield (2020), em que propuseram acompanhamento grupal entre os pais em processo de adoção e pais adotivos revelaram que os pais adotivos se sentiram mais aliviados e motivados por compartilharem e ouvirem os desafios e dificuldades enfrentadas por outras famílias, percebendo que não estão sozinhos e se sentindo mais conectados com seus filhos.

Devido à sua história pregressa, a criança/adolescente pode perceber o mundo a partir de óticas do medo, do abandono, da ferida, da tristeza e angústia, o que causa confusão e medo de confiar e lidar com os novos pais. O acompanhamento psicológico pode auxiliá-los a esclarecer as emoções e criar estratégias para superar os medos e dificuldades. O estudo de Albuquerque, et al., (2021) explica que o processo de adoção engloba várias burocracias e emoções, causando um desgaste nos relacionamentos. O acompanhamento psicológico auxilia na melhor interpretação dos fatos, no acolhimento dos medos e angústias e na flexibilidade em determinadas situações.

Diante dos aspectos que envolvem o processo de adoção tardia, o objetivo deste estudo foi investigar qual a percepção que os pais possuem quanto ao processo de adaptação dos filhos adotados à rotina familiar e quais os desafios que foram vivenciados por ambos (pais e filhos) ao longo desse processo. Esse estudo pode fornecer informações que nortearão famílias que pretendem adotar, assim como profissionais (psicólogos, assistentes sociais) que trabalham com esse público pois os aspectos abordados poderão auxiliar na elaboração de intervenções específicas para essa demanda.

2. Metodologia

Participantes

Participaram da pesquisa cinco responsáveis por crianças adotadas, sendo quatro mães e um pai, selecionadas por conveniência por meio de indicações de pessoas conhecidas das pesquisadoras. Os critérios de inclusão dos participantes foram: (a) responsáveis que adotaram crianças há mais de um ano e (b) as crianças adotadas tinham que ter idade superior há

dois anos. Foram excluídos do estudo: (a) famílias que posteriormente à adoção optaram pela devolução da criança à instituição de acolhimento e (b) famílias que desejaram retirar-se da pesquisa por questões pessoais. A Tabela 1 apresenta a descrição dos participantes.

Tabela 1. Descrição dos Participantes do Estudo.

Participante	Sexo	Idade	Estado civil	Escolaridade	Idade da criança	Tempo de adoção	Local de residência da família
Alice	F	40	União Estável	Médio Completo	5 e 8 anos	8 anos	Rio Grande do Sul
Ana	F	48	Casada	Superior Completo	11 anos	4 anos	Rio Grande do Sul
Amanda	F	41	União Estável	Pós - Graduação	10 anos	5 anos	Paraná
Adriana	F	46	Casada	Médio Completo	16 anos	2 anos	São Paulo
Antônio	M	44	Casado	Pós - Graduação	4 e 11 anos	2 anos	São Paulo

Nota: Foram criados nomes fictícios para facilitar a leitura e, para isso, arbitrou-se que os nomes dos participantes iniciassem com a letra “A”. Fonte: Autores.

Com relação à faixa etária dos participantes, a idade variou entre 40 e 48 anos (média = 43,8 e desvio padrão = 3,35). Todas as famílias participantes eram casadas (três) e/ou mantinham união estável (duas). O nível de escolaridade variou entre o ensino médio completo (dois participantes), superior completo (um participante) e pós-graduação (dois participantes) e todos afirmaram possuir renda familiar superior a cinco salários-mínimos. Duas famílias residiam em São Paulo (SP), duas no Rio Grande do Sul (RS) e uma no Paraná (PR). O tempo de união com o cônjuge foi entre 17 e 26 anos, (média = 20,25 e desvio padrão = 4,27). Embora no momento da pesquisa todos os participantes estivessem casados, vale ressaltar que a participante Amanda realizou a adoção ainda solteira.

No que se refere à composição familiar, os participantes Ana, Amanda e Antônio tinham filhos biológicos e Alice e Adriana apenas filhos adotivos. É relevante destacar que os participantes Alice, Ana e Antônio, antes da adoção, tentaram ter filhos pelos procedimentos naturais entre um e cinco anos. A participante Amanda relatou não ter interesse em ter filhos anteriormente, mas diante da situação que passou com o filho biológico passou a se interessar pela adoção.

Instrumentos

Realizou-se um estudo qualitativo exploratório, de caráter transversal (Bordalo, 2006; Silva, 2010). Como instrumento utilizou-se um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada sobre o olhar dos pais no processo de adaptação na adoção tardia. A entrevista semiestruturada foi composta por sete questões abertas, com o intuito de compreender como foi o processo de adaptação da criança ao novo lar, o tempo em que ocorreu essa adaptação, as dificuldades e facilidades encontradas pela família e os comportamentos e sentimentos iniciais e constantes trazidos pela criança.

Procedimentos

Levando-se em consideração que as famílias moravam em cidades e estados diferentes, a coleta de dados foi realizada de modo on-line, por meio de entrevistas individuais agendadas, via aplicativo de chamada de vídeo *Google Meet*. As entrevistas foram realizadas e gravadas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu (CAAE: 47148121.3.0000.0089). O tempo da coleta de dados levou em média duração de 30 minutos sendo iniciada a partir da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e seguida pela entrevista semiestruturada. As respostas dos participantes foram transcritas de forma literal e o conteúdo foi analisado por meio de Análise de Conteúdo Categorical (AC),

elaborada por Bardin (2011), que constitui em aglomerar o conteúdo coletado dentro de uma categorização. A AC é composta por 4 fases: (a) pré-análise, a qual permite construção das primeiras impressões e hipóteses do objeto de estudo, (b) exploração do material que categoriza e diferencia os assuntos dos relatos, (c) o tratamento dos resultados, que tem como finalidade identificar os conteúdos manifestos e comuns nas narrativas e (d) escrita do relatório de acordo com suas categorias (Bardin, 2011).

3. Resultados e Discussão

A partir da análise e conteúdo categorial, foram geradas cinco categorias sobre o olhar dos pais no processo de adaptação na adoção tardia: (a) Processo de adaptação após a adoção, (b) Mudanças na rotina familiar, (c) Dificuldades na adaptação da criança, (d) Comportamentos percebidos pelos pais e (e) Adaptação emocional. A Tabela 2 apresenta a organização dos códigos e das categorias geradas a partir da análise de conteúdo e suas definições.

Tabela 2. Mapa das categorias da análise de conteúdo categorial.

Códigos	Categorias	Definição da categoria
Adaptação inicial Adaptação constante	Adaptação da criança com a família	Percepção dos participantes sobre a adaptação do filho(a) adotado à nova família, envolvendo emoções, pensamentos e atitudes.
Mudanças profissionais Cuidados com a criança Cuidados com a alimentação Vínculo familiar	Mudanças na rotina familiar	Mudanças que foram necessárias para a adaptação da criança na família.
Comportamentos inadequados Comportamentos aprendidos anteriormente	Comportamentos percebidos pelos pais	Comportamentos que as crianças demonstraram durante o processo de adaptação, sendo comportamentos que já vinham no histórico da criança ou comportamentos desenvolvidos como estratégias durante a adaptação.
Emoções desagradáveis Dependência emocional	Adaptação emocional	Aspectos emocionais que foram percebidos no processo de adaptação, que prejudicaram ou ajudaram no vínculo dos pais com a criança.
Acompanhamento psicológico	Acompanhamento psicológico familiar	Importância que o acompanhamento psicológico teve no processo de adaptação da família e da criança.

Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

Para melhor compreensão, as respostas dos participantes foram organizadas por temáticas investigadas na entrevista semiestruturada, sendo apresentadas abaixo por categorias.

Adaptação da criança com a família

Nesta categoria foram mencionados os seguintes códigos: Adaptação inicial e Adaptação constante. O código *adaptação inicial*, foi citado pelos participantes que afirmaram que os traços que mais marcaram as famílias no primeiro ano

de adaptação, foram os comportamentos iniciais e a história pregressa das crianças. A adaptação inicial foi importante para todos e desenvolveu comportamentos positivos na criança.

Alice (40 anos) relatou que a filha teve uma história de abuso sexual pelos responsáveis biológicos, mas que no novo lar aprendeu que o carinho e afeto não estão relacionados aos órgãos genitais:

“Ela já tem essa vergonha, já não quer mais deixar os outros ver ela se tocar, já não quer mais tocar assim nos outros também. Já está conseguindo ter essa conscientização”.

O relato de Ana (48 anos) demonstra que o processo de adaptação pode levar até um ano para uma adaptação positiva da crianças com a família, mas que quando isso ocorre acarreta em segurança e tranquilidade: *“E foi exatamente nessa época, no final do primeiro ano, que eu acho que ela começou a perceber que não ia ser devolvida, que ali era o lugar dela, para sempre, que ela começou a perceber então o que que era uma família, como é que funcionava a estrutura de uma família e a questionar mais um pouco talvez o que tivesse acontecido com ela”.*

O primeiro ano do processo de adaptação é considerado um dos mais importantes para a criança e para os pais, pois é possível que o filho(a) adotado tenha sido exposto a situações de risco, como descuido, desaparego, abusos e abandonos, e isto pode gerar dificuldades em criar vínculos. Nesse primeiro ano, as crianças podem demonstrar suas fraquezas, histórias e traumas, tornando esse período vulnerável para todos os envolvidos e para a construção de um novo laço afetivo para com o vínculo familiar (Sampaio et al, 2018). Esse estágio pode ser caracterizado como "limbo", por se tratar de um período delicado e frágil para a família (Costa & Rosseti-Ferreira, 2007). Contudo, entende-se que o período de estágio de convivência é crucial para o desenvolvimento dos laços afetivos (Bicca & Grzybowski, 2014).

Por outro lado, os comportamentos negativos podem levar um tempo para melhorar e o novo lar pode desencadear outros problemas, conforme relato: *“agora esses são os problemas que ela está tendo em relação de ter nojo de si, de se ter raiva, de se bater nas partes íntimas. Não querer nem se secar quando vai fazer xixi. Quando toma banho não quer lavar, porque não quer tocar [...]”* (Alice, 40 anos).

Quanto ao código *adaptação constante*, os participantes declararam que o tempo de adaptação de seus filhos ao novo lar ocorreu entre seis meses e três anos, dependendo da história de vida, da personalidade e dos comportamentos da criança e a maneira que os pais reagem a toda essa demanda, como é o caso da participante Amanda, que relata que a adaptação da criança ocorreu em um ano e meio, de acordo com o relato: *“Superamos esse processo de adaptação, que durou um ano e meio, o primeiro, porque a gente se adapta até hoje”.*

O tempo de adaptação acontece de acordo com a individualidade de cada criança, ou seja, não existe tempo determinado para a adaptação (Luz et al., 2014). A adaptação pode depender da convivência, que é considerada frágil para ambos, pois o filho tende a contestar as posições realizadas pelos pais com o objetivo de investigar a persistência destes em aceitá-lo, e os pais necessitam demonstrar altruísmo, maturidade e estabilidade emocional, mesmo recebendo comportamentos contrários (Bicca & Grzybowski, 2014; Silva, et al., 2019).

Os participantes também afirmaram que seus filhos estão constantemente em adaptação à família, pois diante de tantas rupturas em suas histórias os vínculos precisam ser fortalecidos diariamente, mesmo que adaptados ao lar e à rotina, podem apresentar comportamentos desafiadores, conforme mencionou Alice (40 anos), que enfrentou algumas dificuldades com a adaptação da filha mais velha: *“Minha filha está sempre em adaptação. Demorou um pouquinho mais para se adaptar, e para nos chamar de pai e mãe. O primeiro ano foi bem complicado, mas depois estabilizou. Aos treze anos já ficou bem complicado de novo. Agora está tranquilo, pois a medicação foi ajustada”.* Por outro lado, Aline (40 anos) afirmou que o filho mais novo se familiarizou com o novo ambiente e a nova família nos primeiros dias que chegou: *“no primeiro dia que chegou aqui em casa, ele entrou pela porta, correu por toda a casa, por todo pátio, e dizia ‘ai, era igualzinho que eu sonhava. A minha casa, a minha casa!’. Na mesma semana que ele veio, ele já nos chamava de pai e mãe”.* A adaptação do filho adotivo ao novo lar e

aos pais, consiste através da convivência entre a família, em que os pais e o adotado reconhecem e desempenham novos papéis (Bicca & Grzybowski, 2014). O adotado passa a conhecer a rotina, as regras e os hábitos aceitos pelos pais e, estes conhecem a história pregressa do filho e os auxiliam a ultrapassar tais traumas, fortalecendo um vínculo que transpõe a desconfiança, medo e ansiedades (Nogueira, 2015). Os vínculos serão constituídos a partir do cuidado e acolhimento que os pais proporcionarem aos filhos e de forma gradual e contínua, os filhos se reconhecem como pertencentes a família (Amorim & Skulny, 2021).

Mudanças na rotina familiar

Nesta categoria foram mencionados os seguintes códigos: mudanças profissionais, cuidados com a criança, mudanças na alimentação e vínculo familiar. O código *mudanças profissionais* foi mencionado por Ana e Amanda, que diante da nova rotina foram necessárias algumas adaptações profissionais, em busca de acolher o filho adotivo e criar um melhor vínculo afetivo: *"E eu vi que eu não ia dar conta de conciliar tudo isso, negocieei com meu trabalho para fazer de uma outra maneira. Então fiz um acordo para sair. Saí do vínculo celetista com acolhimento e sigo trabalhando com o abono, começando dessa maneira a fazer o que já fazia"* (Ana, 48 anos). *"Esse meu período de licença maternidade, eu sempre fui muito ativa no trabalho, nunca me ausentei um dia, independente do que acontecesse na minha vida, eu sempre trabalhei e ter ficado em casa seis meses, me fez muito mal, psicologicamente me afetou bastante. Tive uma depressão pós-parto de um parto que eu não tive, porque foi muito pesado"* (Amanda, 41 anos). O início da adaptação de um filho adotivo pode proporcionar diversas mudanças na vida dos pais adotantes. Além disso, pode desencadear um processo emocional e psicológico abrangendo transformações individuais, que refletem no cotidiano familiar diante das novas condições (Pereira, 2021). Para Pereira, quando se trata de casais que vivem a muito tempo sem filhos, os novos hábitos podem trazer mais dificuldades com a chegada e a adaptação do filho adotivo, alterando a rotina ao que se refere à independência, liberdade, vida social e a organização do tempo e espaço. Deste modo, é necessário que se tenha uma preparação antes da chegada da criança/adolescente, visando que o processo irá exigir mudanças constantes e organização de determinadas áreas da vida.

Em relação ao código *cuidados com a criança*, a narrativa de Antonio (44 anos) exemplifica o cuidado disponibilizado pelos pais adotivos: *"Que aí você não tem só os cuidados consigo mesmo, mas os cuidados com eles [...] O volume de trabalho porque necessita de muita atenção e orientação de estar conquistando autonomia agora"*. A família adotiva pode ser capaz de cuidar da criança/adolescente, disponibilizando um atendimento de acordo com suas necessidades, respeitando o tempo necessário para adaptação e o trauma que foi vivenciado pela mesma, proporcionando afeto (Araújo, 2020).

O código *cuidados com alimentação* foi citado pelos participantes como código dos cuidados com a criança, sendo afirmada uma facilidade na adaptação alimentar: *"A parte mais fácil foi ensinar ela a comer, porque quando ela chegou, ela só comia arroz, feijão, batata e massa. Aqui em casa a gente come muita verdura, fruta, muito legume e muita coisa variada. Eu gosto de cozinhar, então eu faço muita coisa diferente e ela não comia nada, tudo ela fazia "ugh". E foi muito lindo, foi muito legal e muito fácil, ela percebeu o sabor das coisas e começou a se apaixonar pela comida e hoje ela come praticamente de tudo, foram pouquíssimas coisas que ela não come"* (Ana, 48 anos). *"A questão da gastronomia, comemos super bem e os dois adoram comer e muito pela necessidade que eles passaram"* (Antonio, 44 anos). A alimentação é primordial para a saúde e desenvolvimento de cada indivíduo. Os momentos de refeições podem propiciar diversas formas de comunicação entre as pessoas, fazendo com que a alimentação não seja apenas a ingestão de nutrientes para a sobrevivência, mas que tenha também um valor simbólico (Silva, et al., 2010). A refeição quando reúne toda a família, independentemente do local, gera uma atmosfera positiva e auxilia na prevenção de problemas alimentares, além de que refeições saudáveis juntamente com a presença de toda família, sem eletrônicos, fortalecem os vínculos afetivos (Simon, et al., 2021).

No que se refere ao código *vínculo familiar*, segundo Sampaio et al. (2018), o vínculo familiar é interposto a partir das vivências anteriores dos pais e da criança e a partir disso ocorre o processo de construção de ambas as partes. As participantes Alice e Ana relatam sobre esse processo de adaptação: *"Eu dizia pra minha psicóloga, como que eu vou conseguir amá-la se só me traz problema. E eu chorava, eu estava ficando mal com aquilo, porque eu amava o meu filho mais novo, ele só me trazia coisas boas. Todo dia era uma coisa nova, ela pegava minhas coisas, quebrava e estragava as minhas coisas, roubava, dava pra alguém, sabe? Todo dia ela mesclava"* (Alice, 40 anos). *"Foi ali no terceiro ano que a gente conseguiu começar a equalizar melhor as coisas, mas os sentimentos flutuavam muito ao longo desses anos. Mas eu percebo que agora as coisas estão mais equalizadas, mais tranquilas, que cada um já se encontrou dentro do seu papel aqui dentro de casa e que cada um já sabe qual é o seu lugar, que cada um tem o seu e o seu papel dentro da família, então hoje os sentimentos estão mais amenos"* (Ana, 44 anos).

Comportamentos percebidos pelos pais

Nesta categoria foram mencionados os seguintes códigos: comportamentos inadequados e comportamentos aprendidos anteriormente. No código *comportamentos inadequados*, os participantes relataram a dificuldade de abertura dos filhos adotados para a construção de novos vínculos, em detrimento dos traumas vivenciados, conforme relatou a participante Amanda (41 anos): *"ele fugiu várias vezes de casa. Com medo de ser abandonado, optou por sair de casa antes. Ele foi exposto à negligência sobre a tutela do Estado. Então, tinha muitas sequelas, muitas, para ele confiar em alguém"*. Por outro lado, a participante Adriana (46 anos) relatou um comportamento inverso ao de Amanda: *"quando minha filha chegou, ela se agarrou muito em mim. Assim, se agarrou de não me deixar. Eu não tinha nem espaço mesmo. Na escola ela não conseguia ficar, começou ter crise de ansiedade e queria saber se eu e meu marido sairíamos ou não, aonde a gente ia, onde a gente estava"*. Para ambos os comportamentos, é necessário que os pais conheçam as funções e forneçam suporte, acolhimento e disponibilidade para a construção de novos vínculos e sentimento de pertencimento e segurança (Amorim & Skulny, 2021). No processo de adaptação da criança ou adolescente, são encontrados desafios que geralmente ocorrem devido às experiências anteriores. Os comportamentos inadequados são apresentados de acordo com cada processo individual, dependendo da história pregressa da criança e dos pais adotivos (Campos, 2016).

Outros comportamentos inadequados foram relatados pelos participantes: *"Ela varia muito, foi aí que começamos a desconfiar da bipolaridade. Ela variava entre a apatia de não se interessar por nada, momentos que ela queria agradar todo mundo e momentos que do nada ela pegava todo mundo de surpresa e partia para agressão, sem motivos aparentes"* (Ana, 48 anos). *"Eu era chamada na escola por muitos motivos, ele dava muito trabalho na escola, ele batia, ele quebrava os vidros, ele simulava como se ele estivesse cheirando cocaína e coisas assim"* (Amanda, 41 anos). O início da adaptação é um período de muita importância, visto que surgem comportamentos regressivos e agressivos nesse processo de adoção tardia (Campos, 2016). O comportamento agressivo apresentado pelo filho adotado está associado à fase de adaptação à nova família e se refere ao medo do abandono e a possibilidade de ter uma nova frustração (Morais, 2019). Esses comportamentos inadequados são utilizados para testar os pais adotivos e fazem parte da adaptação. A criança pode tentar colocar para fora toda sua raiva em direção aos pais adotivos, pois a agressividade pode ser uma expressão que faz parte do processo de adaptação e não algo destrutivo. Portanto, é importante ter um acolhimento, demonstrando que os pais não vão desistir e que essa fase ajudará no vínculo afetivo da família (Sampaio et al., 2018).

A adaptação é um processo marcado por fases difíceis, mas com as características necessárias de uma família ideal, essas fases conseguem ser superadas (Campos, 2016). É natural que os filhos adotados, com medo de um novo abandono por parte da nova família, apresentam comportamentos internalizantes ou externalizantes. O primeiro reflete na dificuldade de

socialização, que pode causar depressão e ansiedade e os externalizantes são aqueles que expressam seus sentimentos e emoções através da agressividade e impulsividade (Amorim & Skulny, 2021).

Quanto ao código *comportamentos aprendido anteriormente*, as crianças adotadas apresentaram durante o período de adaptação, comportamentos conectados aos traumas vivenciados nas suas famílias biológicas. Conforme relato de Ana (48 anos) e Alice (40 anos), respectivamente: *"Foi muito complicado esse processo, pois ela já trazia vivências de um outro ambiente, ela tinha toda uma estrutura biológica e cultural de valores que ela considerava por certo, que eram muito distantes do que temos na nossa casa, em relação à regras, à limites". "Foi bem complicado, minha filha tem muitos problemas psicológicos, psíquicos, toma medicamentos desde os dez anos, vai no psiquiatra e no psicólogo. Meu filho se comportava como bebê, sofreu maus tratos pela mãe biológica"*. Infelizmente, é frequente que crianças em situações de acolhimento tenham passado por inúmeras situações desagradáveis, que geram em si, sentimentos de desconfiança, medos e ansiedade, resultando em comportamentos mais rígidos, rebeldes e agressivos (Baldessar & Castro, 2020).

O relato de Alice (40 anos) demonstra como a vivência de sua filha moldou a forma que ela vê, sente e se comporta no mundo: *"ela foi abusada pela mãe e por vários homens, várias pessoas que a gente não tem ideia. Agora na adolescência ela teve que ser internada, porque estava com crise, queria se matar, em função desses traumas. Eu botava eles na cama para assistir desenho comigo e ela queria passar a mão em mim. E eu sentia nojo naquele momento, sentia raiva dela. Depois eu parava para pensar: mas como ela vai parar se ela não sabe o que é outro sentimento, outro carinho, outro amor? Eu sou a mãe, depois eu descobri que, pelo fato de a mãe biológica abusar, ela achava que aquilo era a forma de me agradar, dela ficar comigo"*. A história de vida faz parte da identidade da criança, ou seja, as suas vivências constituem sua personalidade, a maneira como vê o mundo, a si mesma e as pessoas ao seu redor (Beck, 2019) Essas situações desagradáveis, como abandono, negligência e abusos acarretam dificuldades em construir novos vínculos, ter boa autoestima, inseguranças e confusão de sentimentos, entre outros (Nogueira, 2015; Amorim & Skulny, 2021). Os desafios são constantes e exigem tempo, disponibilidade, esforço e paciência por parte dos pais, para que desta forma seja criado um vínculo familiar (Sampaio et al., 2018).

Adaptação emocional

Nesta categoria foram mencionados os seguintes códigos: emoções desagradáveis e dependência emocional. Sobre o código *emoções desagradáveis*, Sampaio et al. (2018) relata que devido à situações anteriores vivenciadas pelos pais adotivos, esse vínculo com a criança pode se iniciar fragilizado. O relato de Antonio (44 anos) demonstra essa oscilação de emoções e confusão emocional dos pais durante o processo de adaptação do filho adotivo: *"Ah, é um turbilhão. Então, você vai de oito a oitenta, né. O processo de adaptação foi um período em que nós os enxergamos com uma sensação de pertencimento e acolhimento bem grande, mas apresentaram muita insegurança também"*.

Outros participantes relataram as emoções percebidas nos filhos adotados durante o processo de adaptação: *"a agressividade dela nada mais era do que a expressão de todo o medo e toda insegurança que ela estava sentindo"* (Ana, 48 anos). *"Eu não tinha nem espaço mesmo. Eu estava no banheiro e ela queria saber onde eu estava. Eu não podia sair de perto. Quando tinha que resolver algumas coisas, toda hora mandava mensagem, querendo saber onde eu estava (demonstrando insegurança e medo)"* (Adriana, 46 anos). Já a participante Amanda (41 anos) relatou sobre o medo do abandono ser mais presente para o filho adotado: *"porque a questão central do meu filho é: 'Ela (mãe) vai me abandonar!'*. O medo está relacionado ao abandono e é mais um desafio para os pais em adaptação, pois precisam trabalhar juntos para a construção de um vínculo, no qual a criança se sinta segura (Sampaio et al., 2018). A teoria do apego criada por Bowlby em 1991 defende que a organização interna da criança e a maneira como se comporta está diretamente associada ao apego com os pais. A criança utiliza os pais como base segura para construir sua identidade e percepções, para posteriormente externalizá-

las. A falta desse suporte, afeta na capacidade de organização interna, resultando em insegurança e dificuldade de expor as emoções (Braga et al., 2020).

Das cinco famílias entrevistadas, três pensaram em desistir e devolver a criança ao acolhimento. Alice (40 anos) relatou como foi esse momento de reavaliação: *"não vou te dizer que nunca passou pela minha cabeça devolver. Passava, mas eu pensava para mim assim que eu não vou devolver, assumo isso, eles são teus filhos. Eu pensava assim pra mim, como que eu vou devolver o meu filho?! Não posso! Eu vou ter que aguentar? Se veio pra mim, é pra mim e eu vou conseguir". "Eu me lembro de uma vez que eu peguei todas as coisas e joguei lá no acolhimento, peguei tudo que estava no quarto dele, porque eu não conseguia mais ficar naquele quarto sem ele. E aí eu peguei, tirei todos os móveis, coloquei lá na frente, peguei todas as coisas, joguei no acolhimento. Pensava, chega, desiste, não quero mais. Mas, depois eu pensava sempre que o que ocasionava isso no meu filho era maior e que eu poderia de alguma forma minimizar isso, insistindo"* (Amanda, 41 anos). O fato de as crianças vivenciarem traumas na família biológica e por morarem em instituições de acolhimento ao invés de um lar seguro, de estabilidade e amor, pode acarretar a internalização de sentimentos negativos, que prejudicam a construção de laços afetivos (Silva et al., 2019).

No que se refere ao código *dependência emocional*, as crianças apresentaram dependência dos pais para realizar tarefas simples, conforme relato do participante Antonio (44 anos): *"ter que cuidar e orientá-los com questões que pertencem a idades muito menores da idade que eles já tinham"*. Alice (40 anos) comentou sua experiência com os seus dois filhos: *"eu tive que ensinar ela a comer, a se aceitar, a se limpar, a escovar os dentes, a tomar banho, ela já tinha nove anos e não sabia se limpar, não sabia comer, não sabia nada"*. *"[...] ele no início chupava bico. Também não sabia comer, daí a gente foi ensinando. Primeiro, eu o tratei que nem bebê. Eu dava mamadeira, o 'nanava' no meu colo. E ele amava. Eu precisava dar isso pra ele, ele precisava e eu também. Quando ele já estava com seis anos e a psicóloga me disse que ele não era um bebê, eu dizia que era tão bom o tratar como bebê e que ele gostava também. Acho que ele tinha uns oito anos quando o tratei como grandinho"*. Sampaio et al. (2020) afirmam que frequentemente no estágio inicial de filiação, a criança necessita ressignificar sua primeira infância, como forma de suprir suas necessidades, testar o amor e a capacidade de suporte dos pais adotivos. Sendo assim, as crianças regridem para a fase de recém-nascido, como forma de simbolizar seu renascimento. A regressão segue uma ordem lógica e não cronológica. Durante este período de dependência absoluta, as crianças comprovam a persistência, sustento e proteção dos pais frente às suas necessidades, construindo pontos positivos para o seu desenvolvimento e desempenho de um papel, na família e no mundo (Sampaio et al., 2020).

A família é de fundamental importância na constituição do sujeito, pois constitui o primeiro espaço de interação da criança e sua cultura. É o local onde os pais instruem seus filhos a respeito da moral e da ética, resultando na formação e desenvolvimento de indivíduos autônomos (Coqueiro & Nascimento, 2021). Entretanto, crianças em situação de acolhimento não vivenciaram com suas famílias biológicas este ambiente propício para desenvolvimento emocional e psicológico, acarretando a introjeção de experiências negativas. Mas à medida que essa criança se adapta à família adotiva e a nova realidade, as experiências traumáticas serão amenizadas ou substituídas por novas experiências e aprendizados (Silva et al., 2019).

Estar em família é apresentar sentimento de pertencimento, laços afetivos, acolhimento e cuidado entre seus membros (Silva et al., 2019). A formação da família não exige laços sanguíneos para se obter sucesso. Para obtê-lo, é necessário apenas que os pais adotivos realmente assumam suas responsabilidades como pais e eduquem seriamente seus filhos (Levinzon, 2020; Coqueiro & Nascimento, 2021), fornecendo suporte, acolhimento e segurança para as demandas do filho, pois a partir desses cuidados, a família vai se fortalecendo, com vínculos mais consistentes, aceitação e formação da identidade (Silva et al., 2019; Coqueiro & Nascimento, 2021).

Acompanhamento psicológico familiar

Nesta categoria foi gerado apenas o código *acompanhamento psicológico*, para ilustrar a importância do papel do psicólogo para família e para a criança no processo de adaptação na adoção tardia. Todos os participantes declararam que fazem acompanhamento psicológico, tornando o processo de adaptação mais saudável para a criança e para a família. Observou-se nos relatos de Ana (48 anos) e Amanda (41 anos), respectivamente. *"Mas para o segundo que balançou muito a nossa família, foi quando todo mundo entrou em terapia, porque foi muito complicado. Todo mundo ficou repensando o que que não estava certo, o que que poderia melhorar. É óbvio que parava nela, pois estava tudo certo até então". "Foi muito positivo depois que eu comecei a fazer terapia semanalmente, porque eu percebi que muitas coisas que ele me dizia, no início me fragilizava muito, parecia que eu era criança igual ele. E daí, depois, fazendo terapia, eu fui entendendo qual era o meu papel. Que era o papel de mãe, não poderia ser o papel de filho como ele era, e daí eu fui, claro, aqui, deixando claro pra ele, até os meus limites, aquilo que me magoava. Entender que eu sou mãe, não significa ser perfeita, eu não preciso ser perfeita e que isso é saudável pra nossa relação [...]".* O acompanhamento psicológico é um importante caminho para rompimento de medos e fantasias, provenientes das dificuldades na dinâmica da parentalidade/filiação (Araújo, 2020). Bicca e Grzybowski (2014) ressaltam o quanto é importante e recomendável que haja um acompanhamento profissional, com o objetivo de oferecer suporte aos envolvidos no processo, orientando nas possíveis dificuldades e nos desafios que podem surgir. Nesse sentido, a psicoterapia visa oferecer um espaço em que a família consiga se reorganizar no início do filho adotivo ao lar, proporcionando um ambiente suficiente para o desenvolvimento emocional (Verceze et. al., 2015).

Para uma melhor adaptação da criança ou adolescente ao lar, é de extrema importância que os adotantes tenham clareza que os filhos necessitam de uma grande rede de apoio e acolhimento, tanto do convívio familiar, em que todos o reconheçam como parte da família, como também profissionais multidisciplinares, como acompanhamento psicológico, psiquiátrico, pedagógico e fonoaudiológico (Araújo, 2020). E o papel do psicólogo é ajudar a família a integrar a história pregressa da criança com a nova realidade, principalmente a história com a família biológica, para que sintam que sua vivência é valorizada e respeitada (Bicca & Grzybowski, 2014).

4. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a adaptação dos filhos e as estratégias de enfrentamento no processo de adoção tardia sob o olhar dos pais adotivos. Os resultados deste estudo indicaram que as dificuldades vivenciadas pelas crianças, devido sua história pregressa, resultaram em traumas que podem ter influenciado nas novas vinculações familiares. As experiências de traumas se acumulam no histórico da criança desde quando ocorre o rompimento com a família biológica, incluindo a fase de acolhimento em instituições até o início na família adotiva.

A importância da validação do passado da criança pela sua nova família, abrindo espaço para que ela exponha seu histórico, e este não seja um assunto "fantasma" na relação familiar, foi o tópico mais mencionado no estudo. Pois suas vivências anteriores integram a história de vida da criança, tornando-se parte de sua identidade. Essa abertura no núcleo familiar é importante para que a criança desenvolva uma nova idealização e história de sua vida. Nesse sentido, o desafio que foi encontrado pelas famílias adotivas, foi adquirir e fortalecer o sentimento de filiação, visto que não basta apenas criar vínculos, mas também, proporcionar sentimento de pertencimento e proteção em todos os envolvidos.

Todo o processo de adaptação, conforme analisado, traz desafios significativos na vida do adotante e adotado. Mas, aos fatores que trazem benefícios à criança adotiva, está no espaço em que sua nova família disponibiliza à ela, enquanto ser social, realizando a mediação entre indivíduos, normas, regras e valores da sociedade. A família dispõe de condições materiais e humanas que auxiliam no desenvolvimento da criança adotada, com o objetivo de garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente à vida, à proteção e ao desenvolvimento de suas habilidades humanas.

O acompanhamento multidisciplinar na família, se mostrou importante para as famílias, para melhor compreensão e orientação dos desafios que todos ainda enfrentam. Os pais quando entram no processo de adoção estão com uma ideia idealizada de filho e isso pode acarretar uma frustração ao concluir este processo. Portanto, os pais precisam estar preparados para fornecer um ambiente ideal e seguro a este novo membro que traz com ele uma extensa história, muitas vezes de sofrimento, e preparados também para os preconceitos e afastamentos sociais, que infelizmente ainda ocorrem por causa da adoção. O psicólogo possui o papel de acolher e orientar os pais neste processo, para que eles consigam trabalhar suas expectativas e formas de enfrentamento para lidar com o processo de adaptação.

As famílias entrevistadas fazem acompanhamento psicológico, para ajudar os filhos a entenderem sua história, ressignificar o conceito de família e orientá-los na fase de agressividade, medo, ansiedade e traumas. A psicoterapia se mostrou um aliado necessário para as famílias neste processo de adaptação dos filhos adotivos.

O sentimento mais visto neste estudo foi o de resiliência e amor. Mesmo com todas as dificuldades, testes e preconceitos vividos, o desejo altruísta de acolher, cuidar e tornar esse indivíduo parte da família, foi o que proporcionou uma nova perspectiva no processo da adoção tardia. Destaca-se o quão importante é a informação, orientação e estudo sobre o ato de adotar. Este estudo teve também como intenção de orientar famílias que desejam entrar no processo de adoção e aos que já adotaram não se sentirem sozinhos em suas experiências intrínsecas e extrínsecas.

Pais adotivos não possuem muitas informações e relatos reais, sobre como é a adaptação das crianças e suas requeridas famílias, para que possam estar preparados para esse período de adaptação. Então ao iniciar o estudo, notamos o entusiasmo dos participantes ao terem espaço para contarem de forma livre, como foi e é este processo para a família. Os relatos ajudarão todos os pais e mães que possuem o interesse e desejo de adotar, a entenderem o que pode vir a acontecer além dos processos burocráticos, e como eles poderão se preparar para proporcionar uma adaptação saudável e humanizada.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas a fim de investigar a percepção de pais que julgam ter passado pelo processo de adaptação de maneira tranquila. Compreender as diferenças vivenciadas, poderá ajudar profissionais da psicologia a identificar os aspectos que tornam mais fáceis a adaptação dos filhos na nova família e colaborar na construção de estratégias mais eficazes.

Referências

- Albuquerque, L. A. F. P., Leal, N. S. B., & Alberto, M. D. F. P. (2021). Atribuições dos Profissionais de Psicologia na Política de Adoção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 175-195.
- Amorin, F. A., & Skulny, S. R., (2021). Parentalidade adotiva: Estudos, diálogos e reflexões. *Compreendendo os filhos adotivos*, 8, 111-126.
- Araújo, M. M. (2020). *A família no processo adotivo: uma perspectiva psicanalítica*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário UNIFAAT, São Paulo.
- Baldessar, J. C., & Castro, A. (2020). Representações sociais da adoção tardia: o amor vinculado ao medo. *O Social em Questão*, 47, 271 - 296. <https://www.redalyc.org/journal/5522/552263106016/552263106016.pdf>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70
- Barreto, L. S. (2013). Evolução histórica e legislativa da família. In I. Araújo (Ed). *Serie magistrados 13: 10 anos do Código Civil - aplicação, acertos, desacertos e novos rumos* (pp. 205-214). EMERJ. https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeI/10anosdocodigocivil_205.pdf
- Baumgarten, S. T., Busnello, F., & Tatsch, D. T. (2014). Adoção: Conhecendo as expectativas e os sentimentos dos pais do coração. *Perspectivas Em Psicologia*, 17(2), 3-19.
- Beck, J. (2013). *Terapia Cognitivo-Comportamental*. Artmed Editora.
- Bernardino, K. P., & Ferreira, C. I. (2013). Adoção tardia e suas características. *Revista intellectus*, 9(24), 7-22.
- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), p. 155-167. <http://10.4013/ctc.2014.72.04>

- Bitencourt, A. C. S., & Bentes, R. S. A. (2019). *Adoção tardia de crianças: definições, dificuldades, mitos e possibilidades*. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/534/522>
- Bordalo, A. A. (2006). Estudo transversal e/ou longitudinal. *Revista Paraense de Medicina*, 20(4), 5. http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000400001&lng=pt&tlng=.
- Braga, B. A. (2020). Adoção de critérios de sustentabilidade no planejamento de compras da administração federal a luz da nova teoria institucional. 122 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Lei no 8.069, de 13 de julho)*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Conselho Nacional de Justiça. (2020). *Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/Conselho Nacional de Justiça*. Brasília: CNJ.
- Cacciaccaro, M. F., & Macedo, R. M. S. (2018). A família contemporânea e seus valores: um olhar para a compreensão parental. *Psicologia em Revista*, 24(2), 381-401.
- Cambi, E. (2005). *A adoção no contexto do conflito entre os direitos fundamentais à privacidade e à liberdade de expressão da imprensa*. Rio de Janeiro, Editora Forense.
- Campos, N. M. V. (2016). Adoção tardia: características do estágio de convivência. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/adoacao-tardia>
- Carvalho, D. M. (2020). *Direito das famílias*, (8ª ed.) Saraiva Educação.
- Coqueiro, P. H. S., & do Nascimento, T. B. F. (2021). A constituição da identidade da família adotiva. In Pereira, V. A.: *Parentalidade adotiva: Estudos, diálogos e reflexões*. pp. 101-112.
- Costa, L. T. M., & Kimmelmeier, V. S. (2013). O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, 31(72), 187-196.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Engels, F. (2019). *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*. Boitempo Editorial.
- Flores, G. D. S., & Scherer, G. A. (2022). *As políticas públicas no incentivo à chamada “adoção tardia” no estado do Rio Grande do Sul*. Anais do V Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família – V SIPINF, Porto Alegre
- Fernandes, M. B., & Santos, D. K. (2019). Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 67–88.
- Ghirardi, M. L. D. A. M., & Loffredo, A. M. (2008). *A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: Reedição de histórias de abandono* (Tese de doutorado), USP, São Paulo. doi: <https://repositorio.usp.br/item/001773769>
- Levizion, G. K. (2020). O que você precisa saber sobre adoção: Por que as pessoas adotam? In L. Gina (Ed.). *Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos* (pp. 25-28). Editora Edgard Bulcher.
- Lobo, P. L. N. (2015). *Direito civil: Famílias*. (6ª. ed.): Saraiva.
- Luz, A. F., Gelain, D., & Amaral, L. M. (2014). Vivências das famílias na adoção tardia. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 52-57. doi:10.18256/21755027/psico-imedv6n1p52-57
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., Magalhães, A., & Mello, R. (2019). O mito de origem em famílias adotivas. *Revista Psicologia USP*, 30, 1-10. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e160102>
- Martinez Filho, M. C. (2019). *Aspectos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais da evolução das relações familiares no direito brasileiro*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Portucalense, Portugal. <http://hdl.handle.net/11328/2778>
- Miranda, P. R. de A., Fiorott, J. G., Giacomozzi, A. I., & Bousfield, A. B. S. (2020). Estratégias de acompanhamento psicológico da parentalidade adotiva: notas sobre experiências grupais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 85-97. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i67.549>
- Morais, A. A. (2019). *Adoção Tardia: Os desafios enfrentados nesse processo*. (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade Evangélica de Goianésia, Brasil. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/8381>
- Nogueira, M. O., & Oliveira, J. M. (2015). Uma análise da heterogeneidade intrassetorial no Brasil na última década. In: Infante, R., Mussi, C., Nogueira, M. O. (Ed.). *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*. Santiago de Chile: Cepal; Brasília: OIT; Ipea. p.87-140.
- Paulina, E., Ferreira, L., Bobato, S. T., & Becker, A. P. S. (2018). Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 77-86.
- Peixoto, A. C., Giacomozzi, A. I., Bousfield, A. B. S., Berri, B., & Fiorott, J. G. (2019). Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 89–108. doi: <https://doi.org/10.38034/nps.v28i63.361>
- Pereira, A. P. (1991). *A nova constituição e poder de família*. Renovar.
- Pereira, S. S., Mello, R. S. V., Mairink, C. H. P., & Puglia, E. H. P. (2021). Adoção tardia: responsabilidade civil do estado. *Libertas Direito*, 2(1), 1-17.

- Pereira, V. A. (2021). *Parentalidade adotiva: estudos, diálogos e reflexões*. (1ª.ed.) Brazil Publishing, Curitiba. 10.31012/978-65-5861-369-5
- Rinco, A. C., & Loreto, M. D. D. S. (2021). Evolução histórica e legislativa da família. Memória em diálogo: variantes da história, política e cultura do Brasil. In Augusto, D. L. L. & Freitas, P. G. *Memória em diálogo [livro eletrônico]: variantes da história, política e cultura do Brasil* (1ªed. pp.16-40). e-Publicar.
- Rossato, J. G., & Falcke, D. (2017). Devoção de crianças adotadas: uma Revisão Integrativa da Literatura. *Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 18(1), 128-139.
- Sampaio, D., Dantas, C. R., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2019). Tomar-se mãe: Construindo o vínculo parento-filial na adoção tardia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 735-752.
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais. *Trends in Psychology [online]* 26(1), 311-324. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt>
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2020). Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>
- Schwochow, S. M., & Frizzo, G. B. (2018). Tomar-se mãe por adoção: a espera por um filho. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Silva, J. A. (2010). Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados. *Psicologia em Revista*, 16(2), 434-436.
- Silva, C. R., Marco, T. T., & Schlosser, A. (2019). Processo de adoção e adoção tardia: definição, aspectos, históricos e fenômenos associados. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira*. (4), 1-10.
- Silva, M. C., Vettoretti, N. A. R., & Fernandez, M. T. M. (2010). *Mudanças no hábito alimentar: O fenômeno da Mcdonaldização*. XIV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação - Universidade do Vale do Paraíba. http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0906_0974_01.pdf.
- Silva, É. C., & Vendruscolo, G. B. B. (2021). Vivências de crianças e/ou adolescentes que esperam por adoção tardia. *Revista PubSaúde*, 5, a091. <https://dx.doi.org/10.31533/pubsaude5.a091>
- Simon, D., Huth, A., & Rios, R. K., (2021). A influência da família no comportamento alimentar da criança. <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conintsau/article/view/19724/18457>
- Verceze, F. A., Silva, J. M., Oliveira, K. M. de, & Sei, M. B. (2015). Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão Winnicottiana. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 92-106.